

RBC nº 191**O Programa Empreendedor Individual e os fatores determinantes à adesão: um estudo empírico no Vale do São Francisco**

(Ana Kaline Fernandes dos Santos, Reginaldo Alves dos Santos, Juliana da Silva Reis, Marilúcia de Souza Correia Vasconcelos, João Carlos Hipólito B. do Nascimento)

O programa Empreendedor Individual, em vigor a partir da Lei Complementar n.º 128/2008, foi a maior ação do Governo federal no tocante ao combate à economia informal, que, em 2009, alcançou R\$ 580 bilhões, pouco mais de 18% do Produto Interno Bruto (PIB). Pela dimensão do Programa, torna-se pertinente investigar quais dos benefícios oferecidos mostram-se relevantes à sua adesão. Para tal, com o intuito de verificar esta realidade no Vale do São Francisco, foram aplicados questionários, utilizando-se a escala de Likert de 5 pontos a 231 vendedores ambulantes nas cidades de Petrolina (PE), Juazeiro (BA) e Casa Nova (BA), o que permitiu identificar 68 participantes do programa. A esta subamostra foi efetuado o procedimento da análise fatorial, tendo em vista o objetivo do presente estudo. A fatorabilidade dos itens foi considerada satisfatória diante dos resultados obtidos da KMO e teste de Esfericidade de Barlett. Constatou-se que dos 15 benefícios proporcionados pelo Programa, 5 mostram-se estatisticamente insignificantes, ao nível de 5%. Por não serem pertinentes para a adesão ao Programa, acarretam em custos desnecessários para o Governo. Já com relação aos benefícios identificados como estatisticamente relevantes, foram registrados, através de uma rotação dos 10 benefícios, 6 fatores, a saber: economia de custos, benefícios adquiridos, realização/ autoestima, condições de crescimento, economia na captação de recursos e formalização sem burocracia. Estes construtos explicam, de forma clara, o real desejo dos trabalhadores informais à adesão ao Programa Empreendedor Individual. Assim, torna-se necessário replicar o estudo em outras regiões e, se confirmado tal cenário, excluir os benefícios insignificantes tendo em vista os custos intrínsecos de tais subvenções.

Auditoria Preventiva Pública: indicadores do controle interno governamental

(Maria da Glória Costa Cortez)

Este estudo teve suas ações sustentadas pelas Normas de Auditoria e os Fundamentos e Critérios da Excelência exigidos pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). A adoção da Auditoria Preventiva começou com a definição do modelo corporativo, que tornou clara a missão das auditagens. Esta auditoria apresentou uma cadeia de relações de causa e efeito, tendo-se como principal resultado a criação de indicadores para mensurar o controle interno e as atividades de auditoria. Esses indicadores são os vetores de desempenho para avaliar as ineficiências desses controles. O objetivo geral é apresentar a implantação de Auditoria Preventiva por meio da criação de Indicadores, que vêm sendo aplicados desde março/2009 na Companhia de Saneamento do Estado de Alagoas (Casal). O objetivo específico é: relatar as ações e os segmentos de Auditoria Preventiva. A metodologia foi através de visitas in loco, onde os auditados receberam explicações sobre o controle interno e o processo preventivo. Então, a partir da literatura sobre auditoria preventiva e os Fundamentos e Critérios da Excelência, surgiram as ações de prevenções. Os dados foram tabulados, tendo-se como fonte principal os relatórios de auditoria interna e o processo de consultas. Os resultados foram: a criação de indicadores; a mudança cultural da força de trabalho; o apoio gerencial; e as mudanças no perfil do auditor. Nesse ambiente, assegura-se a confiabilidade da informação.

O neopatrimonialismo contábil como caminho competente para a construção da prosperidade social

(Aline Melo de Freitas)

O mundo passou por expressivas mudanças e o atual cenário aponta para uma nova realidade, que exige o enriquecimento teórico e o aproveitamento dos estudos contábeis. A Contabilidade clama por um direcionamento mais científico em suas pesquisas como forma de superar a visão mecanicista a ela atribuída no decorrer dos séculos. A escola Neopatrimonialista oferece um novo método de observação da movimentação patrimonial, analisado sob o prisma das funções sistemáticas, com foco na eficácia e na prosperidade social. Esse trabalho visa reafirmar que essa ciência não se resume apenas aos demonstrativos, mas que desempenha relevante função no contexto social e é detentora de parte da responsabilidade pela geração do bemestar coletivo, possuindo autoridade científica para contribuir com novos métodos de se obterem informações capazes de auxiliar no desenvolvimento social.

A percepção dos atacadistas de produtos alimentícios de Florianópolis sobre a utilização das Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e)

(Bianca dos Santos)

A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) é um subprojeto do Governo que visa substituir a maneira como são documentadas as transações comerciais com mercadorias. A pesquisa descritiva desenvolvida neste artigo tem como objetivo conhecer e analisar as percepções dos responsáveis pela emissão das NF-e, em empresas estabelecidas no Município de Florianópolis (SC), e necessariamente enquadradas no ramo de comércio atacadista de produtos alimentícios em geral. Esta pesquisa encontra-se fundamentada em um estudo sistematizado de pesquisas realizadas sobre o assunto para complementar o referencial teórico, o qual é baseado essencialmente na legislação sobre a NF-e. Para a abordagem e percepção dos fatos, foram utilizados o método da pesquisa qualitativa e a análise interpretativa para facilitar a avaliação dos dados coletados. Como técnica de coleta de dados, foi aplicado um questionário para avaliar a opinião desses contribuintes que são obrigados a emitir notas fiscais de maneira eletrônica. Os resultados alcançados por esta pesquisa indicam que a implantação da NF-e pelas empresas, cuja atividade seja comércio atacadista de produtos alimentícios, proporcionou benefícios reais para esses estabelecimentos, além de revelar um apanhado de perspectivas positivas para o futuro.